

Outra Vez a Crucialidade dos Condicionantes Internos: O Contraste das Trajetórias de Desenvolvimento Econômico de Brasil, Argentina e Canadá entre 1850 e 1930

Cristina Fróes de Borja Reis

Doutoranda em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), Brasil

Fernanda Graziella Cardoso

Doutoranda em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo (IPE-FEA-USP), Brasil

Resumo

Fundamentado numa retomada histórico-analítica da trajetória sócio-econômica do Canadá, da Argentina e do Brasil, o presente trabalho pretende traçar um nexu explicativo entre as diferenças das trajetórias de desenvolvimento destes países. A análise possui duas contraposições fundamentais. Primeiramente, confrontando a Argentina e o Canadá, investiga-se porque tais países – que possuíam em comum o fato de serem colônias temperadas inglesas (sendo a Argentina uma colônia informal) –, mesmo partindo de condições aparentemente muito semelhantes, atingiram resultados econômicos e sociais tão distintos. Em seguida, a análise estende-se para a comparação entre o Brasil e a Argentina, que, antagonicamente, partiram de condições estruturais diferentes mas culminaram em uma trajetória de crescimento semelhante. Apesar das autoras se basearem na noção das relações de poder características do Sistema Mundial naquele período, atribuem papel crucial aos condicionantes internos para a escolha da estratégia de crescimento e desenvolvimento econômicos e defendem que somente através de uma combinação analítica dos fatores externos e internos, bem como de suas interações, é possível entender porque determinadas estratégias foram adotadas.

Palavras-chave: Fatores Internos, Poder, Desenvolvimento.

Classificação JEL: O57

Abstract

Based on an historical-analytical review of the social-economical path of Canada, Argentina and Brazil, this paper attempts to establish an explicative connection between

the different development patterns of these countries. The analysis is based on two fundamental confrontations. First, it compares Argentina and Canada, investigating the reasons why such countries – that had in common the fact of being British temperate colonies (being Argentina an informal colony) –, in spite of starting from apparently very similar conditions, have reached so distinct economical and social results. Secondly, the analysis goes through the comparison between Brazil and Argentina, which, on the contrary, had started from different initial conditions but finally culminated in similar growth paths. Although the authors are grounded on the typical power relations of the World System at that time, they attribute crucial role to the internal features of these countries for their growth and development strategies' choice. And they support that only from an analytical combination of the internal and external factors, as well as of their interactions, it is possible to understand why particular strategies were taken.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa do processo de desenvolvimento econômico percorrido pelo Brasil, Argentina e Canadá, enfocando o período desde meados do século XIX até a década de 1930 e destacando os respectivos modelos de inserção internacional – fatores externos – e seus aspectos políticos e econômicos – fatores internos. Este artigo é fruto da continuidade da pesquisa das autoras sobre os condicionantes do desenvolvimento de colônias no período, que se iniciou com a análise histórico-comparativa dos domínios formais ingleses, Austrália e Canadá, e pelo dito domínio informal,¹ a Argentina.² Vale destacar que, na presente versão, por questões de delimitação de espaço e pelo foco do presente trabalho, optou-se por excluir a trajetória da Austrália porque, e para efeitos da comparação agora proposta, é suficientemente representada pela trajetória canadense.

Fundamentalmente o que se buscou discutir e compreender foi a maneira como esses fatores – bem como sua interação – promoveram a separação das trajetórias econômicas, embora não exista resposta trivial e, tão pouco, consensual. A não

* Recebido em outubro de 2007, aprovado em outubro de 2009. As autoras agradecem, sem implicar, os comentários do Professor José Luis Fiori e do parecerista anônimo que contribuíram bastante para a melhoria do artigo. Agradecem também o suporte do CNPq.

E-mail addresses: titi.reis@ie.ufrj.br e fernandacardoso@usp.br

¹ Roberts (1995) esclarece que, de acordo com as leis da Coroa Britânica, os domínios eram todos os reinos e territórios dos quais aquela era soberana. Esta terminologia remonta ao século XVII, mas foi oficializada na Conferência colonial de 1907. Como esclarece Ferns (1953), “as Grandes Potências geralmente empregam quatro métodos de subordinação sobre comunidades menos desenvolvidas, que são a característica essencial de uma relação imperialista: (1) conquista; (2) intervenção com o objetivo de estabelecer um governo provisório dos povos residentes capaz de implementar as políticas convenientes ao poder intervencionista; (3) a aceitação de vários graus de consentimento da nação mais fraca de oficiais conselheiros que direcionam sua política de Estado; (4) o estabelecimento na comunidade mais fraca de privilégios extra-territoriais, bases militares e navais e áreas especiais onde as leis comerciais e as políticas da nação mais forte prevalecem” (p. 60). As quatro formas de subordinação e a formalização da mesma entre Argentina e o Império Britânico não ocorreram simultaneamente – como no Canadá, mas houve várias propostas e tentativas ao longo do século dezenove.

² Reis e Cardoso (2009).

convergência do pensamento das diferentes escolas de desenvolvimento está presente já no ponto de partida, que pode se contrapor entre político ou econômico. A divergência prossegue quanto ao maior ou menor destaque para os fatores internos e externos.³ Essas diferenças resultam em uma grande gama de interpretações para as causas do atraso dos países latino-americanos e avanço das colônias brancas inglesas. Este artigo não nega e, inclusive, parte do pressuposto de que o desenvolvimento destes países somente pode ser compreendido dentro de um contexto de Sistema Mundial, no qual prevaleceu a hegemonia inglesa no período analisado. Entretanto, sugere-se que os condicionantes internos são fundamentais para tal investigação e, em grande medida, desempenham a função de determinantes da inflexão das trajetórias.

Na tentativa de traçar um nexos explicativo entre as diferenças das trajetórias de desenvolvimento destes países, optou-se por confrontar primeiramente, colônias que partiram de condições iniciais semelhantes, mas que percorreram trajetórias de desenvolvimento diferentes: Argentina e o Canadá, cuja semelhança de suas condições iniciais decorreu, principalmente, do fato de terem sido colônias temperadas britânicas.⁴ A Argentina, mesmo sendo uma colônia ou domínio inglês informal, é de especial interesse pelo fato de ser um país latino e vizinho ao Brasil, alvo central da análise proposta pelo presente artigo. O confronto dos dois casos revelou-se muito frutífero em termos comparativos porque, antagonicamente, os países partiram de condições iniciais diferentes – a colônia “temperada” argentina e a colônia “tropical” brasileira – mas trilharam trajetórias de desenvolvimento semelhante. Conforme será discutido mais detalhadamente adiante, as estratégias adotadas por suas respectivas elites implicaram determinadas dinâmicas internas de crescimento a partir do início do século XX.

O artigo possui três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, desenvolve-se o “pano de fundo” das relações inter-estatais e reforça-se a importância dos condicionantes internos. Já na segunda seção, apresenta-se uma retrospectiva histórica da formação sócio-econômica dos três países, destacando os aspectos que serão utilizados como base para a análise comparativa que será desenvolvida na seção final, na qual as autoras sugerem também uma possível explicação de por que tais países obtiveram resultados de desenvolvimento econômico tão distintos.⁵

³ Sobre essa questão, vale lembrar Sunkel (1970). A intenção em distinguir os fatores “internos” e “externos” nada mais é do que “um recurso simplificador inicial, para facilitar uma exposição ordenada”, pois “as chamadas estruturas ‘internas’ são, na realidade, consequência de um processo histórico de interação entre o interno e o externo, e que as chamadas vinculações externas têm manifestações internas muito concretas e poderosas” (2000: 527).

⁴ Outras antigas colônias poderiam ser igualmente citadas, tais como a Nova Zelândia e os Estados Unidos. No entanto, optou-se por Canadá e Argentina porque eles estavam em estágio semelhante de desenvolvimento no momento de partida da análise.

⁵ O presente trabalho concede papel central e necessário à industrialização para que se configure de fato o desenvolvimento econômico. E a explicação para tal demarcação reside na constatação de que a produtividade depende grandemente da extensão da divisão social do trabalho. Além disso, contrariando a teoria ricardiana das vantagens comparativas, a verdadeira vantagem provém da especialização em atividades com capacidade indutiva, ou seja, que possam gerar efeitos de encadeamento e retroalimentação por toda a economia.

2. O Sistema Inter-Estatal Capitalista e as Opções de Desenvolvimento Nacionais

O desenvolvimento não pode ser pensado em termos somente nacionais, pois se trata de uma questão global cuja unidade de análise é econômica, política e supranacional. O sistema mundial interestatal está permanentemente em conflito, como se sempre houvesse uma guerra em potencial: a luta pela acumulação de riqueza e poder é constante. E o próprio Estado em si não está isolado e também é perpassado por disputas de poder:⁶ existe uma hierarquia perceptível ao longo da história entre poder e riqueza.

No período histórico analisado, o grande *hegemon*⁷ mundial era a Inglaterra. Segundo Fiori (2004), as ações expansionistas do *hegemon* sempre têm efeitos negativos. É importante ressaltar que o Estado que detém poder hegemônico continua competindo com os outros países para expandi-lo, assim como sua riqueza, por conta do caráter potencialmente transitório da hegemonia. É neste contexto que devemos interpretar o papel inglês no processo de desenvolvimento – ou na tentativa de – dos seus domínios.

Há estados militarizados periféricos que nunca chegarão a ser potências. Há também “países ricos que não são, nem nunca serão, potências expansivas, nem farão parte do jogo competitivo das Grandes Potências”.⁸ Para serem potências, os estados precisam de uma economia competitiva, vigorosa e inovadora, cujos objetivos de acumulação os impulsionem a se expandir. Pode-se afirmar, por exemplo, que o papel coadjuvante do Canadá ao longo da história se deve justamente à falta deste impulso expansionista-imperialista, a despeito de sua economia forte.

Fiori define “quase-estados” como sendo os países que não têm soberania real. Eles são subordinados aos interesses das grandes potências e não conseguem formar, autonomamente, a identidade nacional, uma moeda “forte” e um sistema de dívida pública necessários para possibilitar a expansão da acumulação de capital e poder. A condição de quase-estado aplica-se perfeitamente, por exemplo, à Argentina e ao Brasil. A excessiva dependência histórica de capital, possibilitou a união entre os interesses expansionistas das potências hegemônicas com os grupos de interesses dominantes da periferia latino-americana. Estes grupos, diferentemente das elites do ex-domínio formal inglês estudado, não tinham um projeto nacional

⁶ Seguindo a sugestão de Fiori (1999), um problema teórico fundamental reside na definição ambígua da relação entre o Estado, as economias nacionais e os sistemas econômico e político internacionais. O Estado não pode ser definido por uma construção ideológica idealizada, na medida em que se trata de mais um palco de disputa de poder (p. 26).

⁷ De acordo com Fiori (1997), para os (neo)realistas o *hegemon* possui maior capacidade material devido ao controle das matérias-primas estratégicas, capitais de investimento, tecnologia mais avançada, grande poder bélico-militar, sistema de informações e acesso privilegiado aos mercados internacionais. O conceito de hegemonia não se trata de uma “gerência funcional” ou de uma “escolha democrática”, trata-se, ao contrário, de uma posição em disputa e conquista transitória – na qual vence o estado mais poderoso.

⁸ Fiori (2004, p. 49).

industrializante que criasse bases sólidas de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, os modelos de desenvolvimento capitalista no século XIX sob hegemonia da Inglaterra não possibilitaram que tais países fizessem parte do eixo central de poder do Sistema Mundial. Portanto, a relação que tais países estabeleciam com a Inglaterra seria outro fator criador de diferenças. Os países que fizeram *catch-up* através de políticas mercantilistas/ nacionalistas, como os EUA, a Alemanha e o Japão obtiveram êxito porque seus projetos nacionais eram expansionistas e existia uma relação de complementaridade virtuosa acumulativa com o *hegemon*.

Conforme observa Fiori (1999), apesar da reação dos “povos menos favorecidos” ser uma fonte potencial de impedimento da expansão ilimitada do poder do hegemon, isso não significa que seja suficiente para romper a tendência polarizadora do sistema mundial. No entanto, tal desigualdade não pode ser tão grande e generalizada a ponto de quebrar a mola propulsora do movimento de acumulação. Dessa maneira, argumenta-se que a relação que a Inglaterra estabeleceu com os países analisados sempre manteve uma tensão política que não resultasse em ameaça ao seu poder. Tanto a relação de “desenvolvimento a convite” travada com seus domínios formais e com a Argentina, quanto as relações mais exploratórias, como a desenrolada com a Índia e com o Brasil indiretamente, mantiveram a resiliência necessária para que a Inglaterra prosseguisse acumulando poder e riqueza.

Se o comércio mundial agrava ou neutraliza conflitos, depende das circunstâncias políticas, salienta Gilpin (1987). Algumas conseqüências políticas do comércio são a existência ou ausência de um poder dominante ou hegemônico que administra o sistema de comércio internacional; a taxa de crescimento econômico deste sistema e o grau de homogeneidade da estrutura industrial, que por sua vez determinaria a composição das importações e das exportações. Por conseguinte, partindo do fato consumado de que existe um Sistema Mundial bem estabelecido e com relações claras de poder entre seu principal pólo, a Inglaterra, as demais potências e os integrantes da periferia, este trabalho investiga fatores que podem explicar as diferentes trajetórias de desenvolvimento percorridas pelas colônias temperadas – Canadá e Argentina – e pela colônia de agricultura tropical – Brasil. No caso comparativo dos dois primeiros, tais países partiram de condições semelhantes e resultaram em situações finais diferentes. Por outro lado, Brasil e Argentina partiram de condições distintas – diferentes estruturas produtivas – mas resultaram em trajetórias de desenvolvimento semelhantes.

Cabe notar que durante o processo histórico de formação dos Estados Nacionais, tomado no sentido de “processo civilizatório” de Norbert Elias (1993), vai ocorrendo a monopolização da força e a formação das condutas políticas que implicam “distintas variedades e estilos nacionais de capitalismo”⁹ e conformam as instituições econômicas, políticas e sociais. Conforme bem observa Medeiros (2001, p. 101), “uma análise sobre as trajetórias de desenvolvimento das nações requer (...)

⁹ Medeiros (2001, p. 99).

incorporar, sem tentar hierarquizar, mas buscando identificar, os condicionantes internos e externos que configuram as relações entre as chamadas ‘dimensões do poder’ e as dimensões da ‘riqueza’”. Portanto, a partir do cenário externo retratado, quais alternativas se colocavam para as decisões domésticas daqueles países?

Lewis (1955) afirma que a revolução industrial inglesa desafiou os outros países no século XIX a fazerem o *catch-up* econômico e tecnológico através ou da imitação ou do comércio. O caminho da imitação era mais promissor, todavia muitos países se inseriram no comércio internacional como exportadores de produtos primários porque não tinham aumentado a produtividade agrícola. A visão estruturalista de Prebisch (1949) aproxima-se de Lewis na questão sobre a produtividade agrícola. Segundo ele, é preciso saber extrair do comércio internacional os elementos propulsores de crescimento, acumulando capital para aumentar produtividade agrícola. Mas o aumento de produtividade deve ser eficazmente aplicado no sentido da industrialização. Este deveria ter sido o projeto dos países da América Latina, pois o progresso técnico e o aumento da eficácia produtiva conduziriam ao aumento de salário real, reduzindo a distância entre o centro e a periferia.

Lewis observa também que como a mão de obra de agricultura temperada competia diretamente com a mão de obra europeia – lembrando que no caso da Argentina e do Canadá grande parte da mão de obra era imigrante, o que implica que o salário teria função de atrator – seus níveis de salários eram consideravelmente maiores em relação ao dos trabalhadores de agricultura tropical que competiam basicamente com a mão de obra asiática. Com níveis de salários maiores, e conseqüentemente melhores padrões de vida, os efeitos de integração e retro-integração via processo multiplicador foram muito mais intensos no caso dos países de agricultura temperada na medida em que se estabeleceu um mercado interno integrado. Diante desta perspectiva, o termo de troca mais defasado, bem como os diferentes níveis de vida implicados pelas diferenças salariais, seriam uma das principais explicações para a separação de trajetória de crescimento Brasil e dos países tropicais *vis-à-vis* Argentina, Canadá e outros domínios temperados ingleses. Vale ressaltar que as diferenças de tipo de inserção internacional não foram de natureza geográfica (país temperado ou tropical), mas sim de nível de salários.

As chamadas “colônias brancas” da Inglaterra eram verdadeiras extensões do território inglês e, por isso, os imigrantes puderam implantar as próprias técnicas de produção inglesas. Conforme bem observa Fiori (1999), a forma de subordinação e integração colonial entre a Inglaterra e seus domínios formais e a Argentina – domínio informal – consistia, basicamente em pesado investimento em troca de produtos agropecuários necessários e complementares à economia inglesa. Estes países, no início do século XX, estavam entre as sociedades com maior nível de renda per capita do mundo, conforme mostra a Tabela 1.

No período sob investigação deste artigo, de 1850 a 1930, a Argentina atravessou uma fase importante de desenvolvimento, e sua produção e nível de renda, conforme Fausto e Devoto (2004), guardaram mais semelhanças com a Austrália e Canadá do que com os seus vizinhos sul-americanos. No entanto, a partir da década de 1930 o nível de renda *per capita* da Argentina iniciou o distanciamento

Tabela 1

PIB *per capita* (em dólares Geary-Khamis – 1990)

	1850	1870	1890	1910	1930	1950	1970	1990
Canadá	1329,6	1694,5	2378,4	4065,8	4810,6	7291,5	12050,5	18872,4
Argentina		1310,6	2152,0	3821,7	4079,6	4986,7	7302,0	6435,6
Brasil	685,5	713,0	793,5	768,7	1048,2	1671,7	3056,7	4922,9

Fonte: Maddison (2004) *The World Economy: Historical Statistics*.

em relação aos outros países que foram colônias temperadas britânicas. Já a renda *per capita* do Brasil, desde sempre se afasta da dos países temperados, porém percorre uma trajetória semelhante à da Argentina, reduzindo a distância inicial. Mas o que explicaria a diferença tão gritante entre os processos de desenvolvimento¹⁰ verificado na Argentina comparativamente ao Canadá? E, prosseguindo o raciocínio, qual a explicação para o desenvolvimento argentino ter se assemelhado ao do Brasil? Ou, em outras palavras, o que explicaria o ponto de inflexão das trajetórias observado na década de 1930? Parte da resposta a essa questão parece estar nos chamados condicionantes internos presentes no período anterior à década de 1930 que, junto com os condicionantes externos, implicaram as opções estratégicas desses países.

Segue-se que, para responder a esta pergunta, é necessário investigar além da relação entre a Inglaterra e os seus domínios. Do ponto de vista das relações de poder internacional, notadamente o Canadá era um espaço preferencial de investimentos ingleses. Por outro lado, do ponto de vista interno, as opções das elites dominantes canadenses foram diferentes comparativamente à elite argentina. Não obstante, o Brasil partiu de um modelo de crescimento também orientado para fora, porém com produtos tropicais, produtividade e salários reais baixos e suas elites fizeram opções semelhantes às da elite argentina. E ainda, tal qual discute Bethell (2002), a análise dos mercados de fatores contribui para a compreensão de quais eram as condições de escassez ou abundância dos recursos produtivos e quais foram as implicações delas para a formação das classes sociais e do sistema político que implicaram no modelo de desenvolvimento econômico tomado.

Em todos os países analisados a terra era um fator abundante. No entanto, a forma de apropriação da terra por parte dos novos colonos foi diferente. Os territórios do Canadá pertenciam à Coroa inglesa. Sua apropriação fora feita mediante a compra ou concessão, mas sempre com restrições. Esta configuração da propriedade da terra resultou em um modelo muito menos concentrado na grande propriedade do que na Argentina e no Brasil, onde a ocupação durante a fase colonial resultara em uma distribuição desigual das terras, em geral não

¹⁰ Para analisar as trajetórias de desenvolvimento, seria mais completo evidenciar as diferenças em outras variáveis das contas nacionais, indicadores de industrialização e sócio-demográficos etc. Contudo, pela falta de espaço, toma-se como dado e amplamente conhecido que o grau dos desenvolvimentos canadense e australiano são mais elevados do que o argentino desde entre os anos vinte e quarenta.

comercializadas. Mesmo após a independência, a forma de distribuição das terras, muito baseada também na posse ilegal, continuou desigual e predominantemente representada por grandes propriedades rurais. Confrontando as duas formas de distribuição, claramente a do Canadá foi mais equitativa.

Na próxima seção será apresentado como as elites de cada país chegaram ao poder e o porquê de a do Canadá ter optado por um projeto industrializante desde o início, ao contrário das elites argentinas e brasileiras que deliberadamente, e muitas vezes com o apoio das outras camadas da sociedade, optaram por permanecer como economia primário-exportadora até 1930, opção essa que implicou no esgotamento precoce do processo de desenvolvimento.

3. O Processo de Desenvolvimento Econômico dos Domínios Ingleses

3.1. *Canadá*

A colonização européia começou no século XV, quando os britânicos e, principalmente, os franceses, estabeleceram-se pelo Canadá. Com a Guerra da Independência dos EUA, o Canadá recebeu levas de colonos leais aos britânicos, provenientes das treze colônias britânicas rebeldes. Nos primórdios da colonização européia no Canadá, a principal fonte de renda era a caça e o comércio de peles. Os britânicos instalaram-se no norte e no oeste, nas atuais províncias de Colúmbia Britânica, Alberta, Saskatchewan, Manitoba, e nos atuais territórios de Nunavut, Territórios do Noroeste e Yukon. Este vasto território, escassamente povoado, era administrado pela Companhia da Baía de Hudson.¹¹ Enquanto isto, os franceses instalaram-se no leste, onde atualmente são as províncias de Ilha do Príncipe Eduardo, Nova Brunswick, Nova Escócia, Ontário e Quebec. Este território era conhecido como Nova França.

Em 1812, os Estados Unidos invadiram o território canadense, na tentativa de anexar o resto das colônias britânicas na América do Norte, desencadeando uma guerra, que no fim resultou na expulsão dos norte-americanos por tropas britânicas. O medo de uma segunda invasão americana, aliado ao fracasso britânico em assimilar os franceses fez com que a idéia da Confederação Canadense fosse aprovada pelos britânicos. Em 1º de julho de 1867, as províncias do Canadá, Nova Brunswick e Nova Escócia tornaram-se uma federação e, em parte, politicamente independente do Reino Unido, pois os britânicos ainda teriam controle sobre o Ministério das Relações Exteriores do Canadá por mais 64 anos. Em 1931, segundo os termos do *Estatuto de Westminster*, o Canadá adquiriu soberania sobre seu Ministério das Relações Exteriores e qualquer ato aprovado pelo Parlamento do Reino Unido não teria efeito no país sem o consentimento dos canadenses.

¹¹ A Companhia da Baía de Hudson é a mais antiga corporação do Canadá e uma das mais antigas do mundo ainda em atividade. A corporação foi fundada em 1670, e controlou muito do comércio de peles nas colônias britânicas na América do Norte por vários séculos, explorando grande parte do norte da América do Norte. Com o declínio do comércio de peles, a companhia cedeu seus territórios ao Canadá, e a companhia passou a ser uma vendedora de produtos vitais aos assentadores do oeste do país.

Segundo Aitken (1959), todas as colônias estavam dentro da esfera geral de controle do governo britânico, o que aumentou o grau de complexidade da administração pública, pois o lócus do estado nem era único nem constante ao longo do tempo. Então, uma pluralidade de “governos” influenciou a direção e a taxa de crescimento econômico no Canadá. Todos eles se incluem no conceito de Estado e a discussão de seu papel no desenvolvimento canadense envolve as atividades de todos os níveis de governo na “linha direta de soberania” desde a coroa e parlamento britânicos até à municipalidade. A dificuldade com tal procedimento, por sua vez, residiu no fato de que, em diversos momentos de sua história, o Canadá sofreu uma grande influência de outro estado, os EUA.

Aitken observa que o Estado canadense desempenhou um papel fundamental no direcionamento e estímulo do desenvolvimento. O papel desempenhado pelo estado no desenvolvimento de uma economia transcontinental foi evidente, ressalta o autor: tais medidas são conhecidas como “Política Nacional” e se referem ao sistema de tarifas protecionistas adotadas em 1878 e à estratégia de expansionismo defensivo adotada pelo novo governo federal depois de 1867. No cerne da “Política Nacional” estava a determinação em fortalecer o eixo leste-oeste do Canadá através da construção de uma ferrovia transcontinental. O Canadá central – as províncias de Ontário e Quebec – seria o centro manufatureiro e financeiro do novo domínio e pela estrada transcontinental os bens manufaturados poderiam ser vendidos do oeste para os mercados das pradarias, e os produtos agrícolas do leste para as províncias de Saint Lawrence e Europa.

A assistência oferecida pelo governo federal a qualquer companhia contratada para construir a ferrovia do Pacífico foi originalmente generosa e se tornou crescente. Não era visto como desejável ou factível que o governo construísse a ferrovia sozinho. Em 1880, um grupo de empresários satisfez dois requisitos estabelecidos pelo governo: afiliação nacional e talento e recursos requeridos para tal. Com a assistência do governo, uma administração altamente competente e técnicas de construção já aperfeiçoadas nos Estados Unidos, a ferrovia da costa do Pacífico foi terminada com sucesso em 1885.

A defesa contra o expansionismo econômico norte-americano requeria uma expansão transcontinental no Canadá; mas seus custos, cobertos originalmente pelo governo e indiretamente pelos consumidores via maiores tarifas, fizeram da manutenção de tal unidade econômica nacional tarefa difícil. Entretanto, em 1878, o segundo pilar da Política Nacional foi estabelecido: as tarifas protecionistas. Aqui o poder do estado foi aplicado diretamente para levar à unidade econômica nacional e impedir a expansão norte-americana. Depois da construção da ferrovia, ao diminuir os custos de transportes, os produtos canadenses ficaram mais vulneráveis à concorrência dos importados; dessa maneira, o reconhecimento da necessidade de busca de uma maior taxa de industrialização se tornou crescente.

Assim, como bem observa Aitken, tanto na legislação tarifária quanto na construção da ferrovia o Estado pós-confederação assumiu um papel ativo na promoção do desenvolvimento. Ultrapassando os deveres básicos constitucionais do governo – segurança interna e justiça –, a responsabilidade do governo federal

canadense também abarcou a construção do sistema de transportes leste-oeste em parceria com o setor privado; estabelecimento de barreiras tarifárias a partir das quais poderia se desenvolver o complexo industrial; e a promoção da imigração e do fluxo de capital da Europa. No decorrer do século XIX, a economia do Canadá passou a ser mais dependente da agricultura, pecuária e mineração. A importância da caça diminuiu drasticamente. Porém, dado o imenso tamanho do país, a economia do Canadá variava de região para região. Em Ontário, a principal fonte de renda era a agricultura e a mineração. A província era então um dos maiores pólos agropecuários do mundo. Quebec era o centro industrial, ferroviário, portuário e bancário do Canadá, bem como o maior produtor de eletricidade. As províncias do Atlântico dependiam consideravelmente da pesca, e as províncias do centro-oeste, da agricultura – especialmente do cultivo de trigo. Com relação à estrutura de exportação do Canadá:

Tabela 2

Cinco principais exportações do Canadá

(% do valor total das exportações de determinados períodos)			
Canadá	1920-24	1925-29	1930-34
Trigo e farinha de trigo	29,2	33	21,3
Papel de jornal	6,7	9,2	14,5
Madeira	6,2	3,7	3,7
Carne	4,0		
Peixes	3,1	2,4	3,4
Polpa de madeira		3,7	4,2
Cinco principais exportações	49,2	52	47,1

Assim como explicita a Tabela 2, o trigo constituía a exportação mais importante do Canadá em todo o período entre guerras: a maior parte do trigo produzido era exportada e o principal mercado era indiscutivelmente o inglês. O comércio de exportação canadense era bastante diversificado, já que incluía produtos minerais, florestais e industriais, além da produção agrária: conforme explicitado na Tabela 2, as cinco principais exportações canadenses compunham apenas cerca de 50% da pauta exportadora. Com relação à pecuária, diz Solberg (1981), havia sido parte importante da economia das pradarias, mas começou a declinar em 1900.

Segundo Meier (1953), a aceleração do crescimento econômico canadense depois de 1895 não dependeu inicialmente do influxo de capital estrangeiro. Até 1905, os empréstimos estrangeiros não haviam alcançado proporções significantes. O investimento estrangeiro reforçou e prolongou a expansão, mas foram as oportunidades oferecidas pela expansão inicial que atraíram originalmente o capital estrangeiro. Enquanto a expansão canadense atraiu capital estrangeiro, o investimento adicional e o consumo associados com a importação de capital

contribuíram para o posterior crescimento na renda e serviu para prolongar a expansão. Segundo Teichman (1982), a elite comercial canadense não dividia o controle das economias exportadoras nascentes com os interesses estrangeiros. Inaptos a competir com a *Hudson's Bay Company* por conta de suas maiores reservas financeiras e vantagens de transporte, este pioneiro grupo mercantil canadense se tornou o intermediário do comércio de grãos da América do Norte. E tal papel de intermediário no fluxo de produtos primários para a Europa proporcionou o controle do sistema bancário a este grupo.

Nas primeiras décadas do século XX, Ontário passou por um rápido processo de industrialização. A província tornou-se um grande centro industrial e bancário, ainda que Quebec se mantivesse na liderança. A economia das províncias do Atlântico passou a depender principalmente da produção de produtos de madeira e derivados, enquanto que no centro-oeste a principal fonte de renda das províncias continuou sendo a agricultura. Segundo Aitken, o estado continuou a influenciar a taxa e a direção da mudança econômica: a promoção da indústria de papel e polpa de madeira no Canadá Central; a construção da via marítima de Saint Lawrence; e o controle das indústrias de petróleo e gás natural. O instrumento primário de assistência estatal para a indústria de papel e polpa de madeira foi a tarifa. O crescimento espetacular de tal indústria se deveu parcialmente aos ricos recursos canadenses de madeira e energia hidrelétrica; parcialmente à grande demanda por papel para jornal dos EUA e parcialmente à uma política estatal consistente de desencorajar a exportação de madeira bruta e fomentar sua manufatura em papel e polpa de madeira dentro do Canadá.¹²

Assim, de acordo com Aitken, a taxa e a direção do desenvolvimento canadense foram determinadas principalmente pelas características econômicas de alguns produtos primários: peixes, pele, madeira de lei, carne, trigo e minérios. Cada um deles estabeleceu para o Canadá o papel de uma economia satélite e fornecedor marginal ou dos EUA ou da Inglaterra. Esses dois países foram ainda a principal fonte de importação de capital e de mão de obra imigrante. A atuação fundamental do estado no desenvolvimento canadense foi o de facilitar a produção e a exportação de tais produtos. Tal feito envolveu duas principais funções: planejamento e, em alguma extensão, financiamento da melhoria do sistema de transporte interno; e a manutenção da pressão sobre outros governos para assegurar termos comerciais mais favoráveis para as exportações canadenses – como no caso da indústria de papel de jornal. Com relação ao desenvolvimento econômico, a saída do *status* de colônia e o alcance da independência política significaram a criação de um aparato político competente para desempenhar tais funções de maneira efetiva.

¹² Sobre as medidas governamentais relativas à produção de papel de jornal, vale reproduzir a seguinte observação de Aitken: “[C]anadian provincial governments controlled by far the largest proportions of the country's forest resources and recognized at an early date that they were in an unusually strong position to reinforce the pull of cheap raw materials by imposing duties on the export of the unmanufactured product. The implementation of this policy clearly involved the risk of retaliatory action by United States, not to mention the hostility of politically influential newspaper chains, but was nevertheless pushed through with surprising consistency” (1959:104–105, ênfase adicionada).

3.2. *Argentina*

A Argentina iniciou seu processo de independência da Espanha em 25 de maio de 1810 – “Revolução de Maio” –, empenhando-se em guerras contra os espanhóis e seus simpatizantes. Mas a revolução não teve uma calorosa acolhida em todo o vice-reino. Entretanto, as campanhas militares lideradas pelo general José de San Martín e Simón Bolívar entre 1814 e 1817 incrementaram as esperanças de independência da Espanha, que foi declarada finalmente em 9 de julho de 1816.

De acordo com Bethell (2002), ainda no final da década de 1870, a qualidade da pecuária continuava insatisfatória, o país importava trigo, a rede de transportes cobria apenas pequena parte do território, os serviços bancários ainda se achavam em estado rudimentar e a entrada de capital e de imigrantes era modesta. O primeiro censo nacional realizado em 1869 fornecera provas claras do atraso relativo da Argentina: a densidade era de 0,43 pessoa por quilômetro quadrado. O deserto parecia indomável, não somente pelas distâncias impossíveis de transpor, mas também pela resistência armada de tribos indígenas.

Até meados do século XIX, “[o]s baixos preços, provocados pela superoferta de gado e pelo custo de exploração quase nulo, geravam pouca vontade e pouca necessidade de investir em melhorias” (Fausto e Devoto 2004, p. 48). Ainda de acordo com os autores, no litoral de Buenos Aires, a concorrência com produtos manufaturados importados – dada a proximidade com os portos –¹³ impunha importante limitação potencial ao desenvolvimento de indústrias. Entre 1850 e 1870, os setores mais dinâmicos da Argentina eram o pecuário ovino, respondendo por cerca de 40% do total das exportações: “[a] exportação de produtos do gado ovino (incluído o couro) igualou, em 1860, a do bovino (charque, sebo e, sobretudo em valor, couros) (...) a ovinocultura, mais recente e mais sensível à conjuntura internacional, era a verdadeira novidade da época, oferecendo maiores margens de lucro” (2004:100). Vale observar que, até 1870, os diversos produtos do gado bovino e ovino respondiam pela quase totalidade das exportações – ambas as produções concentradas, sobretudo, na província de Buenos Aires. Na segunda metade da década de 1870, em meio à maior crise do período,¹⁴ setores reunidos no *Club Industrial*, queixavam-se por uma política mais protecionista para a indústria nacional.¹⁵

¹³ Sobre essa questão, como o transporte ferroviário era ainda pouco desenvolvido, pode-se dizer que o interior desfrutava de uma espécie de proteção natural contra a competição de produtos importados.

¹⁴ De acordo com Fausto e Devoto, foram várias as causas da crise da década de 1870. O aumento do gasto público e das dívidas internas e externa coincidiu com uma retração das receitas governamentais em virtude da queda das importações – lembrando que a principal fonte de receita pública eram as tarifas alfandegárias.

¹⁵ Nesse sentido, complementam Fausto e Devoto: “[s]e o governo promoveu um aumento substancial dos direitos alfandegários, fez isso com propósitos fiscais, e não como instrumento de política econômica. Analisando-se as realidades regionais, a questão toma outra feição. Por exemplo, o governo da província de Buenos Aires foi muito ativo na promoção de uma política de crédito abundante e barato para os produtores” (2004:105).

Na década de 1870 tornou-se então evidente a necessidade de expandir a fronteira para acomodar os crescentes rebanhos de carneiros e facilitar a realocação do gado. Para tal feito, foi imprescindível a construção de estradas de ferro e do desenvolvimento do telégrafo. O capital era escasso e a necessidade de enormes investimentos em infra-estrutura era crítica. As instituições financeiras nacionais eram poucas. Os nativos possuíam ativos fixos na forma de grandes extensões de terras ou casas nas cidades e ativos móveis, tal como o gado. Havia grande atividade dos grupos privados (principalmente ingleses), com vínculos com bancos internacionais, sobretudo no setor ferroviário. Mas o impulso ferroviário inicial foi dado pelo Estado argentino, de acordo com Bethell. Entretanto este era incapaz de prover todos os recursos financeiros (baseados fundamentalmente nas taxas alfandegárias) e acabou obtendo-os por meio de empréstimos na Europa, sobretudo na Inglaterra. A Tabela 3 mostra a composição dos investimentos ingleses na Argentina:

Tabela 3

Investimentos ingleses diretos e em carteiras de títulos na Argentina (em milhões de libras)

	1865	1875	1885	1895	1905	1913
Total dos investimentos ($A + B$)	2,7	22,6	46,0	190,9	253,6	479,8
Investimentos diretos (A)	0,5	6,1	19,3	97,0	150,4	258,7
Investimentos em títulos ($B = b_1 + b_2$)	2,2	16,5	26,7	93,9	103,2	221,6
Empréstimos ao governo (b_1)	2,2	16,5	26,7	90,5	101,0	184,6
Ações de companhias (b_2)				3,4	2,2	37,0

Fonte: Bethell (2002).

Assim como mostra a Tabela 3, a natureza dos investimentos ingleses na Argentina era principalmente direta e na forma de empréstimos ao governo. Vale complementar que, conforme Teichman (1982), enquanto os grupos argentinos retinham a propriedade da terra, os interesses britânicos controlavam a rede de transportes, os serviços bancários e as casas comerciais.

Ainda segundo Bethell, no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX, uma nova onda expansionista da agricultura invadiu as terras que já haviam sido cedidas, total ou parcialmente, à criação do gado. Uma das características desse processo é que ele não acarretou a substituição da pecuária pela agricultura; ao contrário, as duas complementaram-se. Porém aconteceu que, enquanto no final do século grandes quantidades de terra estavam sendo abertas à agricultura à medida que as estradas de ferro criavam novas ligações com os mercados, não havia número suficiente de agricultores dispostos – ou até disponíveis – a cultivá-las.¹⁶

¹⁶ Segundo Bethell (2002), a principal causa do aumento da população foi a entrada em massa de imigrantes, em especial da Itália e da Espanha. A relação entre a população rural e a urbana também mudou consideravelmente: a população urbana passou de 29% em 1869 para 53% em 1914. Além do

As exportações dos pampas argentinos eram muito mais diversificadas do que as das pradarias canadenses, nas quais se cultivava essencialmente trigo, como observa Solberg (1981). O trigo argentino competia com a produção de milho, linho e, especialmente, de alfafa, que era um cultivo básico para a pecuária. Além disso, nos pampas argentinos a pecuária era o negócio do grupo econômico e político mais poderoso. Os recursos naturais, especialmente da província de Buenos Aires, foram muito propensos a criar gado destinado ao mercado de carne. Uma vez resolvido o problema técnico mediante barcos com refrigeração e frigoríficos no fim do século XIX, as exportações de carne argentina iniciaram um período de crescimento espetacular. E, quando começou o auge do trigo pouco tempo depois, a pecuária não cedeu lugar – ao contrário do que aconteceu no Canadá. A Argentina era a primeira no mundo em exportações de carnes e cerca de 40% do total das exportações mundiais provinha dos pampas. Como em outros aspectos da vida econômica argentina, a Inglaterra desempenhava um papel central no comércio de carnes. Mas, apesar da grande quantidade de terras destinadas à criação de gado e das importantes influências que os pecuaristas exerciam sobre as decisões de política econômica da Argentina, a exportação de carnes ocupava somente o terceiro lugar no total das exportações argentinas.

Entre 1890 e 1900, a produção da agricultura e da pecuária melhorou consideravelmente. A produção industrial, graças à capacidade ociosa, sofreu grande impulso por conta da proteção da taxa cambial – embora tal efeito protecionista não tenha sido intencionado a priori, conforme ressaltou Bethell. Todavia o crescimento industrial não decorreu de tarifas protecionistas, mas da redução de custos e da conquista de novos mercados. Com isso, a indústria conseguiu desenvolver-se quando os mercados se ampliaram graças às estradas de ferro. Exemplos disso são o açúcar em Tucuman, o vinho em Mendoza e os moinhos de trigo em Santa Fé e Córdoba.

No período 1900 a 1912, observou-se um grande aumento da importância dos cereais – que se espalharam por toda a província de Buenos Aires, embora complementando muito mais do que substituindo a criação de gado – e da carne, que adquiriu tanta importância no comércio exterior argentino quanto os cereais. De acordo com Bethell, vários fatores contribuíram para estimular a produção de grãos e a agricultura mista. A estrada de ferro possibilitou o crescimento da produção em áreas mais remotas. Simultaneamente, novas técnicas de congelamento e de transporte refrigerado na travessia do Atlântico transformaram a indústria de carne. Além disso, para engordar o gado havia a necessidade de cultivo de alfafa e milho nas zonas produtoras de gado da província de Buenos Aires e nas regiões de Córdoba e La Pampa. Tudo isso se deu em consequência do aumento da exportação de carne frigorificada e congelada, principalmente para a Inglaterra.¹⁷

enorme crescimento das cidades, foi grande também o aumento do número de pequenas vilas no litoral. Foi esse um dos fatores que, juntamente com a expansão da rede ferroviária, ajudaram a diminuir o tradicional isolamento das zonas rurais.

¹⁷ Bethell (2002) observa que a produção de carne de qualidade para os mercados internacionais exigiu importantes medidas de adaptação interna: mudanças no uso da terra, no sistema de propriedade e no

Além disso, complementa Bethell, o caráter tecnológico da agricultura teve efeitos importantes: como empregava mais mão de obra, acarretou uma distribuição de renda mais favorável. Implicou também o assentamento de trabalhadores nas zonas rurais, a criação de diversos serviços de transporte e o aparecimento de diversas atividades para fornecer bens e serviços à população rural. As estradas de ferro ligaram os mercados do interior aos mercados urbanos do litoral e com isso criaram um mercado nacional. A demanda local começou a competir com os mercados estrangeiros pelos gêneros alimentícios produzidos no país. Assim, o crescimento não se limitou ao setor exportador. O aumento no número de assalariados e o crescimento da renda real favoreceram a expansão do mercado interno e propiciaram uma gama crescente de oportunidades de investimento interno.

Dessa maneira, em linhas gerais, o crescimento que mudou profundamente a Argentina até a eclosão da primeira guerra mundial, apoiou-se na exploração de mercadorias básicas, escoadas para os mercados internacionais. Mas não se limitou a isso: como a agricultura e a produção de carne empregavam um maior número de trabalhadores, houve muitas integrações e retro integrações via formação de um importante mercado interno. A população das novas áreas agrícolas e dos centros urbanos que se desenvolveram nas proximidades, além dos portos, precisou de transporte, de moradia e de roupas. Estes centros foram ainda os mercados primários e secundários da produção agrícola.

Entretanto, como bem destaca Bethell, em 1914 ainda não havia uma alternativa para a economia da exportação de produtos primários. Apesar do crescimento da indústria,¹⁸ tal expansão não afetara o alto coeficiente de importação da Argentina: ainda não havia uma prova conclusiva de que o país tinha um futuro garantido como potência industrial plenamente desenvolvida. A indústria local ainda dependia fortemente da procura interna e das receitas do setor de exportação e da entrada de investimentos externos. A Argentina tinha poucos embriões de indústria pesada ou de indústrias de bens de capital integradas. Suas reservas relativamente escassas de carvão e de minério de ferro se encontravam em regiões distantes. Além disso,

tamanho das fazendas de gado. Nas zonas de pecuária, tornou-se comum o arrendamento onde antes predominara grandes fazendas. Diminuí o número de estâncias pequenas e grandes, enquanto aumentou o de médias. Segundo Fausto e Devoto, “[A] expansão da pecuária *vacum* foi impulsionada, entre outros fatores, pelo avanço tecnológico que possibilitou o lançamento da carne esfriada, da congelada e em lata. Esta teve grande expansão nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial, quando foi destinada aos combatentes” (2004:160). E complementam, “No caso da carne, sua conservação exigia o emprego de técnicas sofisticadas (esfriamento, congelamento, carne enlatada), sendo necessário efetuar inversões vultosas em unidades de processamento. Os frigoríficos constituíram a área privilegiada do capital estrangeiro desde a fundação, em 1882, do primeiro frigorífico da Argentina, a empresa River Plate Fresh Meat Company. Os norte-americanos chegaram décadas depois, a partir de 1907, ano em que a Swift comprou um gigantesco frigorífico” (2004:165).

¹⁸ Sobre o surto industrial, observam Fausto e Devoto: “[E]m alguns anos, notadamente os coincidentes com a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), acelerou-se a formação de capital na indústria, realizou-se um esforço de reaparelhamento do sistema de transportes, através de grandes obras portuárias e ferroviárias (...) Na base dessa expansão, estiveram o rápido embora efêmero crescimento das exportações de borracha e o início do *boom* de investimentos europeus em países da periferia do sistema econômico, que, como tendência, duraria até às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A conflagração resultou em dificuldades” (2004:158). E, nesse sentido, complementa Cano, “[a] instabilidade da década de 1920 e os velhos anseios liberais ampliaram as importações industriais, afetando o ritmo da produção” (2000:92).

apesar do mercado interno ser rico ainda era relativamente pequeno e os mercados externos eram dominados pelos gigantes industriais do mundo.

Segundo Bethell, a instalação de fábricas norte-americanas e inglesas de embalagem de carne depois de 1900 e o aumento das exportações de carne refrigerada de alta qualidade provocaram grandes mudanças na pecuária argentina. No entanto, durante a guerra essas tendências cessaram de maneira abrupta, o negócio da carne refrigerada foi suspenso, enquanto as exportações de carne congelada ou enlatada aumentaram bastante; com a mudança para uma carne de menor qualidade, deixou de ser essencial o uso de rebanho excelente ou de engordá-los em pastos especiais. Entre 1914-1921 várias novas empresas de embalagem de carne foram fundadas. Ao mesmo tempo, empresas urbanas de Buenos Aires e de Rosário, contando com generosos créditos bancários, foram atraídas para a pecuária em grande escala. O surto de prosperidade terminou em 1921¹⁹ quando o governo inglês parou de estocar os suprimentos vindos da Argentina, aboliu o controle da carne e começou a liquidar seus valores mobiliários acumulados. A produção de carne congelada e enlatada diminuiu drasticamente e quase desapareceu. Depois disso, o pouco que restou do negócio voltou a ser dominado pela carne refrigerada. Em virtude da organização vertical da indústria, as perdas que ocasionou não foram distribuídas de forma igual: os grandes prejudicados foram os criadores.

Em suma, baseando-se em O'Connell (1984), a Argentina era uma produtora de zona temperada em competição direta com a produção doméstica, e mesmo com as exportações, de quase todas as economias do mundo. E, mais do que isso, nos mercados de alguns de seus produtos, não era apenas um produtor marginal, o que colocava o país numa situação vulnerável às condições de excesso de oferta. Na Tabela 4, uma relação das principais exportações argentinas:

Conforme sugere a Tabela 4, a pauta exportadora argentina era bastante concentrada e basicamente agrícola: as cinco principais exportações representavam cerca de 75-80% do total da pauta de exportação argentina. A economia argentina era ainda, complementa O'Connell, particularmente vulnerável às dificuldades da economia britânica. Dessa forma, a política econômica tinha uma autonomia muito limitada. Além disso, o caráter essencial da maioria das importações tornava extremamente difícil cortá-las mesmo em períodos de depressão. A instabilidade e o comportamento marcadamente cíclico não eram novidade na economia argentina antes de 1930 e foram intensificadas em suas consequências pela grande vulnerabilidade implicada pela abertura da economia. O colapso dos preços das exportações argentinas aconteceu antes do *crash* de 1929 e pode ser atribuída às forças de longo prazo nos mercados mundiais – tendência à deterioração dos termos

¹⁹ A crise a essa época refletia, segundo Bethell, o auge da depressão do pós-guerra. Englobava a crise na indústria da carne, a reforma tarifária e a dívida pública. No primeiro caso, estava refletido o poder que a indústria de carnes havia adquirido na política nacional; no segundo caso, mostrava que a postura do Estado argentino frente às tarifas e à proteção industrial continuava sendo tão liberal quanto a do século XIX; e, no terceiro caso, se refere às grandes oscilações na entrada de produtos importados e, portanto, nas receitas do governo (2002, pp. 583 e 591).

Tabela 4

Cinco principais exportações da Argentina

(% do valor total das exportações de determinados períodos)

Argentina	1920-24	1925-29	1930-34
Trigo e farinha de trigo	27,3	24,2	19,1
Milho	13,4	18,5	21,6
Carne	15,3	15,3	17,1
Linho	12,4	12,2	13,5
Lã	7,8	8,2	7,2
Cinco principais exportações	76,2	78,4	78,5

Fonte: Solberg (1981).

de troca –, o que indicava que o país precisava encontrar outros meios para retomar o crescimento.

3.3. *Brasil*

Entre 1870 e 1930, o Brasil teve um crescimento liderado pelas exportações da ordem de 1,6% ao ano. As transformações sociais, políticas e econômicas que o país atravessou neste período derivaram deste modelo e a inserção externa adotada (ou imposta) foi em grande medida uma continuidade histórica do passado brasileiro. A independência em 1822 introduziu poucas novidades no modelo econômico brasileiro, mas significou uma maior aproximação com a Inglaterra, principal fornecedora de produtos importados e de capital.

O país possuía grandes disparidades regionais de renda e densidade demográfica. Em São Paulo, sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro predominavam a cultura cafeeira e relações assalariadas de produção. No Nordeste permaneciam as relações de semi-servidão que impediam a formação de uma economia de mercado camponesa. No Norte, durante o ciclo da borracha, houve grande imigração com regime de trabalho servil e que não propiciou o desenvolvimento de um dinamismo econômico interno na região. Quando o ciclo acabou, parte da população imigrou para o Centro-Oeste e Sudeste, outra parte foi para as cidades locais e parte ficou confinada em uma economia de subsistência no próprio local. No Sul, ao contrário, desenvolveu-se uma economia voltada para o mercado interno, baseada em propriedades rurais de tamanho médio nas áreas de imigração mais intensa e latifúndios nos campos pecuaristas do Rio Grande do Sul. Os produtos principais de produção eram o charque, o trigo e o arroz. De forma geral, o Brasil continuou essencialmente rural.

Entre 1870 e 1930, o Brasil forneceu mais da metade do café consumido mundialmente. O açúcar perdera sua competitividade porque os Estados Unidos

protegiam este produto. A borracha experimentou apogeu e declínio durante este período, sendo importante na primeira década do século XX (representava um quarto das exportações). Durante os períodos de guerra atravessados pelos Estados Unidos, o algodão obteve mais destaque nas exportações.

O modelo de crescimento liderado por exportações foi a forma escolhida para aderir ao mercado internacional. Tal modelo perpetuava o poder das classes proprietárias, que até 1930 contava com a concordância da classe média de que ele era o melhor para o país. O café era o produto brasileiro mais bem sucedido no comércio externo, embora a demanda dele fosse pouco elástica. O produto representava 70% das exportações brasileiras, o que significava que a economia estava altamente dependente de um único item de exportação. Contudo, o café possuía mercado massificado nos Estados Unidos, o principal comprador das exportações brasileiras de café.

Partindo para a análise dos mercados de fatores principais da economia, cabe destacar que a terra era abundante, pouco fértil na maior parte do território e a propriedade era extremamente concentrada – em 1920, 10% da população possuía 75% das terras, sendo que, na zona rural, apenas 5% da população era proprietária.²⁰ A estrutura fundiária no Brasil desde o início de sua colonização e o sistema de capitânicas hereditárias então implantado relacionou a enorme disparidade de renda com a terrível concentração patrimonial. O café estimulou a expansão da fronteira agrícola e a especulação sobre cafezais maduros. As condições de apropriação eram facilitadas pelo governo; por exemplo, em São Paulo, não se cobravam impostos pela propriedade rural. As elites locais usurparam propriedades de terra pública em grande medida. Apenas em algumas regiões do sul do Brasil as pequenas propriedades rurais predominaram, localizadas nas colônias de povoamento de imigração europeia.

A agricultura brasileira era extremamente atrasada tecnologicamente: possuía caráter extrativo. O cultivo dependia das condições gerais da terra, ou seja, o rendimento dependia da sua fertilidade original. A produção de alimentos para o mercado interno era ainda mais atrasada que a do setor exportador. O abastecimento das cidades era feito pela venda do excedente dos pequenos agricultores das redondezas. Com a aceleração econômica provocada pela exportação de café, houve urbanização e se acelerou o desenvolvimento do mercado interno, possibilitando que a produção de alimentos crescesse e se diversificasse.

Bethell (2002) informa que a força de trabalho entre 1870 e 1930 aumentou 2% ao ano. A população cresceu de 10 milhões para mais de 30 milhões, mas não houve aumento real de salários entre 1870 e 1914. Boa parte da população localizava-se nas áreas de subsistência e foram preteridos para substituir a mão de obra escrava em favor da contratação de mão de obra assalariada imigrante. Os escravos livres, a maior parte do nordeste, tornaram-se uma mão-de-obra assalariada até mais barata para proprietários de terra do que quando eram escravos. Muitos deles foram para as áreas de extração de borracha e plantação de cacau. A imigração contribuiu

²⁰ Bethell (2002, p. 678).

muito para a expansão da população e foi financiada pelo governo a baixo custo.²¹ O período de maior imigração foi entre 1890 e 1900, com o objetivo principal de compor a mão-de-obra agrícola. Após 1920, os imigrantes destinavam-se mais às zonas urbanas. No entanto, as relações assalariadas de produção acarretaram uma nova dinâmica para o país, propiciando mais circulação de mercadorias e, portanto, intensificando o comércio e as atividades artesanais e fabris.

O capital era um fator escasso, que provinha fundamentalmente de outros países, uma vez que a emissão de moeda esteve atrelada ao padrão libra-ouro durante alguns anos do período sob análise. Segundo Bethell (2002), a formação de capital bruto na década de vinte representava cerca de 14% do PIB, mais da metade via entrada de capitais externos. Até 1930, a produtividade média do capital era muito baixa. As origens do capital privado eram ou reinvestimento de lucros ou empréstimos. Poucas empresas familiares viraram grandes empresas de capital aberto. Os empréstimos ingleses para o governo brasileiro eram usados principalmente em infra-estrutura e para consolidar o sistema bancário. Os investimentos diretos de firmas estrangeiras, destacadamente da Inglaterra, concentravam-se no setor de exportação, não se interessavam e até prejudicavam a indústria para mercado interno. Os bancos ingleses emprestadores também agiam no sentido de prejudicar o crescimento, exigindo políticas monetárias e fiscais restritivas para assegurar a solvência das dívidas.

Em 1870 existiam seis bancos no Rio de Janeiro (dois deles ingleses) e outros nove no restante do país. Eles operavam quase exclusivamente com depósitos e com o desconto de títulos comerciais de curto prazo. O Banco do Brasil concedia empréstimo agrícola desde 1860. As transações reais de propriedade urbana no início do século XX foram financiadas principalmente por hipotecas, cujo valor cresceu dez vezes entre 1909 e 1929. A política monetária do governo ficou mais ativa ao final do século XIX, principalmente porque se desenvolveram instrumentos, como a criação de bancos de emissão, sociedades anônimas e programas de desenvolvimento do mercado financeiro. Devido aos impactos da *Crise de Baring* em 1890, a expansão monetária e o desenvolvimento especulativo do mercado financeiro resultaram na *crise do encilhamento*. A economia do período sob análise neste trabalho era marcada por um processo inflacionário e de desvalorização cambial que, segundo Celso Furtado (2001), eram essenciais para a manutenção do modelo econômico com centro dinâmico externo.²²

²¹ Entre 1884 e 1933, 1,4 milhões de italianos vieram para Brasil, 1,1 milhões de portugueses, 577 mil espanhóis e 110 mil japoneses (Bethell 2002).

²² Segundo Furtado (2001), dada uma crise externa ou queda nos preços internacionais do café – que diminuía a renda das exportações, mas coincidia com o aumento das importações resultantes do ciclo anterior de aquecimento econômico, gerando desequilíbrio na conta corrente do balanço de pagamentos –, operavam-se desvalorizações cambiais para proteger os lucros do setor exportador e, assim, não arrefecer o nível de investimento e, conseqüentemente, produto e emprego da economia. As desvalorizações encareciam os produtos importados, gerando aumento de demanda por produtos domésticos, principalmente alimentos e bens de consumo não duráveis (cujas ofertas eram limitadas), causando aumento de preços. Como este processo repetia-se a cada novo ciclo da produção de café, havia uma tendência inflacionária estrutural. Logo, a inflação promovia a apropriação da renda real da população por parte dos fazendeiros, num processo conhecido como “socialização das perdas”.

A política fiscal produziu déficits em 32 dos 41 anos de República (Bethell 2002). Estes déficits eram pagos com empréstimos, dentre os quais se destaca o Funding Loan de 1898. Em busca de garantir o padrão-ouro, para cumprir as condições de negociação de empréstimos, criou-se a Caixa de Conversão em 1905, que durou até a primeira guerra mundial. O fim da caixa de conversão em 1914 significou o esgotamento das reservas de divisas e o país teve que fazer um novo funding loan. Para manter o preço do café no início do século XX – momento em que as safras aumentaram vertiginosamente ano a ano – o governo brasileiro, inicialmente somente na esfera estadual e depois federal, implementou o plano de valorização do café.²³

As estradas de ferro foram financiadas totalmente através de empréstimos e com material inglês, exceto os dormentes. A produção de energia hidroelétrica começou a partir de 1900. Por sua vez, a navegação a vapor colaborou para estender o comércio nas áreas mais remotas do Norte e Centro-Oeste.

O desenvolvimento da indústria no Brasil foi um processo de substituição da produção artesanal e das importações. Essa transformação paulatina de artesanato para indústria, principalmente de têxteis²⁴ e processamento de alimentos, sabão, velas e roupas, usando técnicas mais mecanizadas marcou o início da industrialização. A expansão, anteriormente comentada, do mercado interno ao final do século XIX aumentou a demanda por bens. A produção local de manufaturas supria a camada mais pobre da população e o financiamento original, até 1920, era obtido junto a importadores de origem imigrante e no exterior.

Na busca de diversificação do capital para se proteger contra estrangulamentos da capacidade de importar e flutuações negativas do preço de seus produtos, parte da elite rural aproveitou o crescimento da demanda interna (relações assalariadas de produção, maior integração de transportes e comunicação entre regiões, novos padrões de consumo trazidos por imigrantes) para investir em manufaturas. O resultado foi o fortalecimento da indústria nacional – por exemplo, a têxtil, a mais adiantada da região. Fazendeiros e industriais eram politicamente unidos na época da primeira República até a revolução de trinta porque, embora muitas vezes seus interesses fossem conflitantes, a economia dependia do setor exportador, ambos queriam manter a camada pobre da população sob controle e muitas famílias poderosas atuavam nos dois ramos de negócios.

De acordo com Versiani (1984), a indústria no Brasil conseguiu reagir à crise da década de trinta porque os anos vinte foram marcados por expansão industrial em termos de capacidade, especialmente nos períodos de 1917 a 1924 e 1927/1928. As principais causas para a expansão industrial nessas fases foram o crescimento do

²³ Este plano era financiado com capital externo e consistia na compra de estoques para retenção da oferta negociada no mercado. Os programas de valorização sustentaram o setor mesmo com baixa produtividade. Além disso, a política patrocinava a produção de café dos concorrentes, pois sustentava os preços do mercado internacional. Faltaram políticas públicas para aumentar os mercados de exportação. Na América Latina, a relação comercial de maior destaque era a importação de trigo da Argentina.

²⁴ De acordo com os dados de Bethell (2002, p. 696), em 1920, a indústria têxtil representava 40% da produção industrial e processamento de alimentos, sabão, velas e roupas representavam 45%.

setor exportador cafeeiro (melhores condições de preço), políticas fiscal e monetária expansivas, câmbio depreciado e tarifas sobre importações.

Após a primeira guerra, inicia-se a crise da “*política do café com leite*”, conjuntamente com a crise do modelo de crescimento por exportações. O aquecimento interno da demanda e a queda do preço do café no mercado internacional, com aumentos contínuos de safra por causa da política de valorização do produto e as recorrentes desvalorizações para salvar a renda do setor cafeeiro exportador resultaram em aceleração da inflação. A tentativa de voltar ao padrão ouro em 1926 via o fundo de conversão (para resolver o estrangulamento da capacidade de importar) provocou a duplicação da dívida nacional, da qual boa parte era com os Estados Unidos. O barateamento dos importados prejudicou a indústria brasileira em meio a um contexto de acirramento da competição devido à entrada de investimentos diretos estrangeiros de fábricas – principalmente – americanas. Contudo, a crise de 29 causou depressão no mundo todo. O preço do café despencou e o padrão-ouro foi eximido, o que acabou com a caixa de conversão e zerou o estoque de divisas estrangeiras. Em meio à crise econômica, aconteceu o golpe de Estado que encerrou a primeira república.

Para Celso Furtado, o período de 1850 a 1930 marcou a transição do desenvolvimento voltado para fora para o modelo de desenvolvimento voltado para dentro. O crescimento pelas exportações, do ponto de vista dos fatores internos, foi uma estratégia da elite que não tinha preocupação de desenvolvimento nacional e, tampouco, distributiva. A diversificação econômica advinda do aquecimento do mercado interno dinamizou as economias do Sul e Sudeste do país, beneficiando imigrantes, a pequena burguesia urbana e os pequenos proprietários rurais. Gerou, no entanto, uma imensa desigualdade regional. A Tabela 5 aponta o desempenho de algumas das principais variáveis econômicas:

Tabela 5

Taxas de variação em relação ao ano anterior

Ano	PIB	Produção industrial	Produção agrícola	Exportação (milhão US\$)	Importação (milhão US\$)	Balanco de pagamentos (milhão US\$)	Dívida externa	Termos de troca (US\$ milhão)	Taxa de câmbio
1889	na	na	na	139	117	56	151	-1,8	2
1899	na	na	na	124	110	29	204	-3,1	6,9
1909	10,5	21,6	5,5	310	155	na	552	26,5	3,3
1919	5,9	14,8	-1,3	581	382	na	675	54	3,7
1929	1,1	-2,2	0,3	460	368	na	1225	-2,1	8,5
1939	2,5	9,3	-2,3	300	218	-0,8	1082,5	4	19,2

Para finalizar a análise da história econômica brasileira no período de 1870 e 1930, resta apenas uma cobertura sobre o cenário político, tema final desta seção. O período que antecedeu o final do império foi repleto de acontecimentos que foram causados e ao mesmo tempo causaram a renovação do pensamento da época, com destaque para o positivismo e o evolucionismo. Na esfera política e social, houve

a separação da Igreja e do Estado, a abolição da escravatura, o movimento de imigração, a reforma eleitoral e, finalmente, a república. As reformas foram fruto do fortalecimento dos fazendeiros progressistas aliados à burguesia urbana.

O sistema de patronato dominara a esfera política há muito tempo, transformara-se na ordem natural do sistema. A transição política para a república contou com uma “reforma liberal” que buscou um novo clientelismo, em prol das novas classes economicamente dominantes. A importação do lema “ordem e progresso” de Spencer e Comte deixa claro que a idéia era evoluir no tempo, mas sem subverter a ordem, em nome da família e da ciência.

O golpe republicano instalou o federalismo, garantindo mais autonomia às províncias, que se transformaram em estados. O voto passou a ser “universal” (incluía apenas os alfabetizados, que representavam 20% da população), concederam liberdade de imprensa e promoveram a separação entre Estado e Igreja e Estado e exército. Os fazendeiros do Oeste de São Paulo e Minas Gerais, com apoio da classe média urbana, passaram a ser o grupo político mais forte. Eles estavam aliados ao exército durante o período da “República da Espada” e depois, no início do século XX, tomaram o poder diretamente. Tal qual explicitado anteriormente, na esfera econômica, o modelo de crescimento liderado pelas exportações prosseguiu.

Em 1929 ocorreu um “racha” entre os Partidos Republicanos Paulista e Mineiro, o que levou o último a unir-se aos partidos das demais oligarquias dissidentes para constituir a aliança liberal e lançar a candidatura de Getúlio Vargas para presidente, com apoio dos tenentes e da classe média urbana. Ao mesmo tempo, se deflagrou a crise internacional. Getúlio Vargas perdeu a eleição, mas isto não foi aceito pela aliança liberal, que preparou e realizou um golpe de Estado em 1930, trancorrido sem muita resistência. Desta forma, a revolução de trinta resultou de uma convergência de interesses quase unânime, que perpetuou o coronelismo e o clientelismo. O governo federal sob o comando de Getúlio Vargas promoveu uma recentralização do poder, que formou uma nova classe social forte: a dos burocratas do Estado. O conflito político entre as diversas classes sociais que compunham o governo tornou-se, no entanto, mais intenso.

4. Análise Comparativa

A presente seção pretende realizar uma análise comparativa das histórias de desenvolvimento protagonizadas por Canadá, Argentina e Brasil. A fim de enfatizar diferenças muitas vezes bastante particulares entre esses três países, privilegia-se um paralelo entre dois países, destacando o contraste entre as colônias com condições iniciais de trajetória da renda per capita semelhantes e resultados opostos – Canadá e Argentina –, e aquele país com resultados de desenvolvimento semelhantes aos da Argentina, mas com condições iniciais diferentes dos outros dois países – o Brasil.²⁵ Dessa maneira, a partir da investigação das trajetórias de Canadá, Argentina e

²⁵ Vide Tabela 1.

Brasil, sugere-se uma análise comparativa baseada na seguinte taxonomia: país de agricultura temperada com projeto industrializante – Canadá –, país de agricultura temperada com manutenção do modelo agrário-exportador – Argentina – e, por fim, país de agricultura tropical com manutenção do modelo agrário exportador – Brasil.

Primeiramente, vale justificar que se optou pelo estudo do Canadá e da Argentina porque no momento de partida da análise ambos estavam em um estágio parecido de desenvolvimento. As principais similaridades entre os países decorreram exatamente da condição comum de colônia temperada inglesa. Os produtos de exportação principais eram trigo, carne e lã. A mão de obra era predominantemente européia, com conhecimentos técnicos similares entre si e não abundante. Não havia auto-suficiência de capital interno e por isso dependiam de financiamento externo, principalmente inglês, embora os termos de tais financiamentos tenham diferido entre os países. Pode-se afirmar também que, dada a semelhança dos fatores e técnicas produtivos, o nível de salário era compatível. De outra maneira, o Brasil era um país exportador de produtos tropicais, sendo que o único produto de exportação que concorria com os produtos de países temperados era o algodão. Devido à existência de um exército de mão-de-obra de reserva derivado da agricultura de subsistência no interior do país e à recém proclamada abolição da escravatura, os salários reais mantiveram-se baixos comparativamente aos do Canadá e Argentina, ainda que também tenha havido imigração européia no Sul e Sudeste do país.²⁶

No que diz respeito ao estabelecimento da infra-estrutura, uma boa base de comparação é a extensão das linhas ferroviárias, tal como explicitado na Tabela 6:

Tabela 6

Extensão das linhas ferroviárias (Km)

País	1870	1913
Canadá	4211	47160
EUA	85170	401977
Argentina	732	33478
Brasil	745	24614

Fonte: Maddison (1995).

²⁶ A fim de reforçar o argumento, convém reproduzir o argumento pertinente de Celso Furtado: “O impulso externo do crescimento se apresenta inicialmente, via de regra, sob a forma de elevação nos preços dos produtos exportados, a qual se transforma em maiores lucros. Os empresários tratam (...) de reinverter estes lucros expandindo as plantações. Dada a relativa elasticidade da oferta de mão-de-obra e de abundância de terras, esta expansão pode seguir adiante sem encontrar obstáculo da parte dos salários ou da renda da terra (...) Portanto teve importância fundamental para o desenvolvimento do novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a existência da massa de mão-de-obra relativamente amorfa que se fora formando no país nos séculos anteriores. Se a expansão da economia cafeeira houvesse dependido exclusivamente da mão-de-obra imigrante, os salários ter-se-iam estabelecidos a níveis mais altos, à semelhança do que ocorreu na Austrália ou na Argentina. A mão-de-obra de recrutamento interno – utilizada principalmente nas obras de deflorestamento, construções e áreas auxiliares – exerceu uma pressão permanente sobre o nível médio dos salários” (Furtado 2001, p. 152–153).

Observando a Tabela 6 pode-se inferir que o Canadá partiu de uma infra-estrutura ferroviária inicial mais avançada, uma vez que desde os princípios da formação do Estado canadense houve a preocupação de integração territorial. Antagonicamente, o Brasil²⁷ e Argentina possuíam em 1870 uma malha ferroviária incipiente. No entanto, às vésperas da I Guerra Mundial, ambos os países aumentaram fortemente sua infra-estrutura de ferrovias, com destaque para a Argentina, que além de ter atingido uma maior extensão absoluta de linhas ferroviárias, o fez também em termos relativos. Vale observar que os Estados Unidos, embora também tenham desempenhado o papel original de “celeiro” da Inglaterra, tiveram uma trajetória de desenvolvimento extremamente particular e avançada em relação aos outros domínios. A prova cabal disso é que, já na década de vinte, os Estados Unidos se afirmavam como a grande potência mundial, desbancando a sua antiga metrópole.

Embora não seja possível generalizar a história da América Latina, pode-se concluir que os privilégios políticos das elites antecedem o caráter econômico das nações para explicar suas situações de maior ou menor desenvolvimento. Pode-se interpretar, por exemplo, que as decisões de investimento em ferrovias, setores estratégicos (carvão e aço), indústrias, etc. privilegiavam apenas o setor exportador e não condicionaram o crescimento de mercado interno e novas relações sociais.

Com relação à pauta de exportação, Solberg (1981) indica que o trigo constituía a exportação mais importante do Canadá em todo o período entre guerras; com relação à Argentina, o trigo foi a principal exportação até 1930.²⁸ Ambos tinham uma posição importante na economia internacional de trigo: o Canadá foi em geral o maior exportador enquanto que a Argentina sempre ocupava o 2º ou 3º lugar. Vale observar também que a produção de trigo argentino e canadense repousava de forma absoluta sobre o mercado de exportação. Junto com os EUA e a Austrália, produziam a maior parte dos excedentes mundiais exportáveis.

Entretanto, apesar de estar claro que a produção de trigo era relativamente mais importante para o Canadá, a Argentina dependia muito mais das exportações agrícolas do que o Canadá. O comércio de exportação canadense era bem mais diversificado, incluindo produtos minerais, florestais e industriais, além da produção agrária. Tal contraste sugeriria que, no caso argentino, o desenvolvimento industrial não foi paralelo à prosperidade agrícola.

Antes de partir para a análise da pauta exportadora brasileira, cabe tecer algumas considerações sobre o modelo econômico da América Latina, cuja importância remete à análise comparativa entre o Brasil e a Argentina versus o Canadá. O modelo agrário exportador prevaleceu na América Latina durante todo o período estudado,²⁹ exceto em Cuba. A expansão dos setores externos latino-americanos foi marcada pela instabilidade das economias nucleares do capitalismo e pela

²⁷ Como o Brasil não tinha reservas de carvão mineral em boa quantidade e qualidade, as alternativas energéticas da época foram a madeira e o carvão vegetal. Esta questão foi um fator que dificultou a proliferação de ferrovias – um dos principais aspectos do desenvolvimento econômico da época.

²⁸ Vide Tabelas 2 e 4.

²⁹ Vide Tabela 8.

Tabela 7

Fontes das importações de trigo do Reino Unido

(como porcentagem do total das suas importações de trigo)

Ano	Canadá	Austrália	Total do Império	Argentina	EUA
1926	37,1	9,5	49,4	12,3	32,4
1927	29,1	13,4	47,1	17,6	32,3
1928	39,6	9,9	51	23,6	22,9
1929	24,3	11,4	36	40,6	19,9
1930	24,9	12,1	40,5	14,5	20,1
1931	22,7	19,5	42,6	17,4	9,4
1932	44,3	22,8	67,2	19,5	4,4
1933	40,4	26,1	67	22	

Fonte: Solberg (1981).

formação, sob o ponto de vista interno, de um mosaico de relações capitalistas e não capitalistas. A inserção dos países latinos no Ssistema Mundial foi marginal, sendo mais uma fonte de receitas para a acumulação de capital das grandes potências enquanto estas se industrializavam. A influência da Inglaterra intensificou-se, principalmente por causa da dependência financeira que os países latinos tinham em relação a ela.

Tabela 8

Pauta exportadora de alguns países latino-americanos

Países	Produtos
Argentina e Uruguai	Carne, trigo e milho, couro e linhaça
Chile	Prata, trigo, lã, nitrato e cobre
Brasil	Café, algodão, borracha, açúcar e fumo
México	Produtos diversos, destacando-se a prata, ouro, borrachas, couro, café, chumbo, gado, baunilha, madeira e petróleo
Peru	Guano, nitrato, lã e minérios, açúcar, cobre e petróleo
Colômbia	Café e banana
Venezuela	Cacau, petróleo e café

O negócio exportador cresceu aproveitando o impulso externo, assim os países aumentaram sua capacidade de importar. O aumento dos impostos sobre o comércio, sobretudo as taxas de importação, forneceu aos governos uma base fiscal mais ampla, o que ajudava a obter empréstimos no mercado internacional para

incrementar o padrão de desenvolvimento “*hacia fuera*”³⁰ e criar os instrumentos de repressão política para garantir sua sustentação. No despontar do século XX, o comércio mundial de produtos primários cresceu 3% ao ano enquanto o de manufaturados 4,5%.³¹ As diferenças de experiências exportadoras entre os países latinos deveram-se em parte às dotações de recursos naturais e de fatores produtivos – que implicaram o método de produção utilizado por cada um deles – e em outra parte aos condicionantes políticos internos e externos. No que se refere ao Brasil e a Argentina, claramente as condições naturais e a dotação de recursos influenciaram na adoção de métodos de produção e produtos exportados diferentes, que marcaram, respectivamente, um modelo de agricultura tropical e um temperado. Cabe ainda notar que as poucas transferências de tecnologia entre centro e periferia não ajudaram o empreendimento do desenvolvimento tecnológico doméstico na América Latina.³²

Conforme indica a Tabela 8, os cinco principais produtos de exportação do Brasil eram primários. Contudo, tal qual citado na seção 2.3 sobre o Brasil, somente o café correspondia à cerca de 70% das exportações do país – o que levaria à conclusão de que a pauta exportadora brasileira era ainda mais concentrada do que a da Argentina.

No que se refere à natureza do capital externo, Solberg mostra que o investimento britânico entrou no Canadá sob a forma de investimento em portfólio, o que significa que os ingleses não tinham controle direto.³³ Os ingleses compravam ações das companhias canadenses, que eram dirigidas por empresários locais a partir de suas matrizes em Montreal e Toronto. Por outro lado, o investimento britânico na Argentina envolveu o controle direto em um grande número de setores: estradas de ferro, bancos, serviços e fábricas de embalagem de carne. As principais firmas que foram estabelecidas no país eram administradas por meio de diretórios ingleses. Assim, as elites pioneiras do Canadá e da Argentina diferiram nas bases de sua acumulação de capital. No caso do Brasil, também havia alta dependência do capital externo, que representava 50% da formação bruta de capital. Tal qual na Argentina, a principal fonte de origem eram os investimentos britânicos ou reinvestimento de lucros em empreitadas com controle direto. Enquanto no caso do Canadá uma elite comercial controlava a economia exportadora, nos países latinos a elite agrária dividia o controle com os interesses comerciais e financeiros da Inglaterra.

Outro fator fundamental para compreender as trajetórias de desenvolvimento é a natureza e a intensidade do projeto industrializante. De acordo com Solberg, o que distinguia a indústria argentina de 1939 das outras indústrias dos países em

³⁰ Prebisch [2000 (1949)].

³¹ Bethell (2002).

³² Sobre este argumento, vale citar Bethell: “*A integração da região na economia mundial e a correspondente facilidade de levantar empréstimos no exterior não só ajudaram a sufocar qualquer potencial de produção local de tecnologia (...), como também impediram o desenvolvimento de experiências industriais*” (Bethell 2002, p. 22).

³³ Vide Tabela 3.

vias de desenvolvimento, como o Canadá, era a ausência de indústria de bens de capital e de automóveis. A indústria canadense, centrada em Montreal, Hamilton e Toronto, havia realizado grandes avanços desde que o governo sancionou as políticas protecionistas de 1870. Embora os capitais ingleses tenham desempenhado um papel fundamental no financiamento da construção de ferrovias, de 1896 a 1900 o Canadá importava muito menos de equipamento ferroviário inglês. Isso mostra que o Canadá já possuía uma estrutura industrial extensa. O Canadá possui, relativamente à Argentina, uma maior disponibilidade de matérias-primas industriais de fácil acesso, tal como minério de ferro, zinco e produtos florestais. Além disso, Ontário e Québec tinham acesso a ricas fontes de energia hidrelétrica.

O desenvolvimento industrial brasileiro foi semelhante ao argentino, no sentido de ambos terem, no início do século XX, desenvolvido indústrias simples de bens de consumo não duráveis, como a têxtil. Tal estrutura derivou da busca de diversificação do capital agrícola para se proteger contra estrangulamentos da capacidade de importar e flutuações negativas do preço de seus produtos. No entanto, a industrialização não avançou na diversificação de sua matriz, o que configurou um atraso industrial e tecnológico relativamente ao Canadá.

Retomando a argumentação central do artigo sobre os condicionantes internos da escolha do modelo econômico, considera-se que a questão da distribuição de terras tenha desempenhado papel de ponto de inflexão para a determinação da postura da elite dominante em relação ao que acreditavam ser o melhor projeto de desenvolvimento dos seus respectivos países. No Canadá, a Coroa inglesa foi mais restritiva em relação de distribuição e/ou doação de terras, o que dificultou a formação de grandes latifúndios e evitou o predomínio político dos representantes da elite primário-exportadora. Paralelamente, levando-se em conta os ideais de proteção e expansão do território, elites não agrárias se fortaleceram. Em contraste, nos casos argentino e brasileiro, predominou a formação de latifúndios – embora tenha havido momentos de contra-tendência – e o subsequente domínio político e ideológico da elite agrária do país, o qual se manteve para além do período analisado pelo presente trabalho.

Com relação à estrutura de poder político, Solberg salienta que na Argentina a oligarquia agrária dominou a política durante a maior parte do período que vai desde a independência da Espanha em 1816 até a ascensão de Perón em 1943. Esta elite, que sempre fomentou o livre intercâmbio e se opôs às tarifas protecionistas se empenhou em demonstrar que a vantagem comparativa da Argentina se encontrava no setor de exportações rurais e não em sua indústria. No Canadá, os industriais derrotaram os interesses comerciais e de importação que se opunham ao protecionismo em 1870; desde então o poder político canadense se centralizou nas mãos dos financistas e industriais de Ontário e Quebec. Moran (1970) argumenta que no caso argentino, não ocorreu uma mudança de foco de uma economia primário exportadora para uma industrialização nacional e, por conseguinte, não foi construída uma base sólida nem para o desenvolvimento econômico nem para a integração política. Bom exemplo disso foi a maneira desinteressada como o partido trabalhista da Argentina se posicionou frente às

tarifas protecionistas e ao apoio à indústria nacional que, como bem observa o autor, foram fatores fundamentais para a determinação do subsequente curso do desenvolvimento econômico e da integração política.

No caso brasileiro, o clientelismo em prol das classes economicamente fortes dominou (e domina) a esfera política. De acordo com Bethell, tal cenário político interno era, até certo grau, repetido na América Latina. A república, no Brasil, manteve as classes agrárias no poder – embora com o novo caráter “liberal” descrito anteriormente e com presença predominante dos latifundiários do café (ao invés dos de cana-de-açúcar como no período do império). E, de maneira ainda mais cabal do que na Argentina, o modelo primário-exportador, por meio do sistema de poder desigual,³⁴ perpetuava a manutenção de uma pauta exportadora dependente essencialmente de um único produto – o café – e mantinha a dinâmica da economia presa às intempéries do Sistema Mundial capitalista.

Retomando a dicotomia de Lewis acerca das opções que se apresentavam aos Estados quando da revolução industrial inglesa, qual seja, crescer inserindo-se no comércio ou imitar a tecnologia, pode-se dizer que a região latina trilhou o primeiro caminho. Isso se deveu à, por um lado, pressão extraordinária das grandes potências e, de outro lado, à opção estratégica das elites. Enfim, a partir da análise comparativa construída na presente seção, não se nega que a maneira como esses três países se inseriram no Sistema Mundial – os condicionantes externos – não seja de fato importante, todavia sugere-se que a suficiência da explicação para as suas diferentes trajetórias de desenvolvimento necessita da inclusão dos condicionantes internos.

5. Considerações Finais

Antes de concluir, cabe ressaltar novamente o principal fato que culminou na defesa da crucialidade dos condicionantes internos para explicar porque países que partiram de condições iniciais semelhantes – tais como as colônias temperadas analisadas – posteriormente vieram a trilhar trajetórias de desenvolvimento díspares e porque países que partiram de condições iniciais relativamente distintas – Brasil e Argentina – resultaram em modelos de desenvolvimento semelhantes. As condições iniciais semelhantes de Canadá e Argentina decorreram de suas condições de colônias temperadas inglesas e, portanto, com uma estrutura produtiva complementar à da metrópole. A mão-de-obra foi predominantemente imigrante, o que implicou um padrão de salários elevado relativamente aos países periféricos de agricultura tropical, tal como o Brasil. A concentração patrimonial e a dominação política das classes economicamente fortes estiveram presente desde os primórdios da colonização dos países latinos. No caso canadense, ficou claro que

³⁴ Apesar o voto ser “universal” constitucionalmente, a maior parte da população era excluída principalmente porque analfabetos não tinham direito ao voto (vide p. 14). Além disso, o coronelismo, o “voto de cabresto” e as contantes fraudes eleitorais garantiam a predominância dos interesses das grandes oligarquias latifundiárias dominantes.

desde a formação do governo local, os interesses da classe primário-exportadora não sobrepujaram a formação de um setor industrial satisfatoriamente desenvolvido, que gerou uma alternativa ao modelo primário-exportador antes que este se esgotasse. Por outro lado, nos casos brasileiro e argentino, tal alternativa não se apresentou porque a hegemonia política da elite agrária dificultou a formação de um projeto nacional de desenvolvimento alternativo ao primário-exportador.

A partir de uma retomada histórica das trajetórias do Brasil, do Canadá e da Argentina, o presente trabalho buscou argumentar que para compreender adequadamente os resultados obtidos por tais países – e, por conseguinte, a situação em que se encontram atualmente – é necessária a investigação tanto dos condicionantes externos quanto internos. E ainda mais importante, a combinação analítica proposta pelo artigo buscou explicitar a crucialidade da postura das diversas classes sociais, principalmente da elite dominante, na determinação da natureza do desenvolvimento sócio-econômico.

Referências bibliográficas

- Aitken, H. G. J. (1959). Defensive expansionism: The state and economic growth in Canada. In Aitken, H., editor, *The State and Economic Growth*. Papers da Conferência do Committee on Economic Growth Conference, 11-13 de outubro de 1956.
- Bethell, L. (2002). *História da América Latina de 1870 a 1930*, volume IV e V. Edusp, São Paulo.
- Cano, W. (2000). *Soberania e Política Econômica na América Latina*. UNESP.
- Fausto, B. & Devoto, F. J. (2004). *Brasil e Argentina – Um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. Editora 34, 2nd edition.
- Ferns, S. (1953). Britain's informal empire in Argentina, 1806-1914. *Past and Present*, 4:60–75.
- Fiori, J. L. (1997). Globalização, hegemonia e império. In Fiori, J. L., editor, *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Fiori, J. L. (1999). De volta às questões da riqueza de algumas nações. In Fiori, J. L., editor, *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Fiori, J. L. (2004). Formação, expansão e limites do poder global. In Fiori, J. L., editor, *O Poder Americano*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Furtado, C. (2001). *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1949.
- Gilpin, R. (1987). *The Political Economy of the International Relations*. Princeton University Press, Princeton.
- Lewis, A. (1955). *The Theory of Economic Growth*. Allen & Unwin, London.
- Maddison, A. (1995). *Monitoring the World Economy 1820-1992*. OECD, Paris.
- Maddison, A. (2004). *The World Economy: Historical Statistics*. OECD, Paris.
- Medeiros, C. (2001). Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In Fiori, J. L., editor, *Polarização Mundial e Crescimento*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Meier, G. M. (1953). Economic development and the transfer mechanism: Canada, 1895-1913. *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, 19(1):1–19.
- Moran, T. H. (1970). The 'development' of Argentina and Australia: The radical party of Argentina and the labor party of Australia in the process of economic and political

- development. *Comparative Politics*, 3(1):71–92.
- O’Connell, A. (1984). Argentina into depression: Problems of an open economy. In Thorp, R., editor, *An Economic History of XX Century Latin America*.
- Prebisch, R. (1949). O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas. In Bielschowsky, R., editor, *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Record, Rio de Janeiro. V. 1, 2000.
- Reis, C. F. B. & Cardoso, F. G. (2009). A crucialidade dos condicionantes internos: O desenvolvimento comparado das colônias temperadas inglesas entre 1850 e 1930. *Estudos Econômicos*, 39:329–357.
- Roberts, J. M. (1995). *The Penguin History of the World*. Penguin Books, London.
- Solberg, E. (1981). Argentina y Canada: Una perspectiva comparada sobre su desarrollo económico. *Desarrollo Económico*, 21(82):191–211.
- Sunkel, O. (1970). Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: Por um enfoque totalizante. In Bielschowsky, R., editor, *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Record, Rio de Janeiro. V. 2, 2000.
- Teichman, J. (1982). Businessmen and politics in the process of economic development: Argentina and Canada. *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique*, 15(1):47–66.
- Versiani, F. R. (1984). Before the depression: Brazilian industry in the 1920’s. In Thorp, R., editor, *An Economic History of XX Century Latin America*.